

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA  
NO DIA CATORZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DOZE**

-----Aos catorze dias do mês de dezembro de dois mil e doze, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, com a presença do Presidente da Mesa – Laurentino Dias, o Primeiro Secretário – Raul Cunha, e do Segundo Secretário – Manuel Cunha. Verificada a existência de quórum foi declarada aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e trinta minutos.-----

-----Pelo Presidente da Mesa, foram anunciados os seguintes pedidos: de substituição, durante o período de treze de Dezembro a três de janeiro, Maria Manuela Castro Costa Oliveira e Luís Duarte Azevedo Lopes Costa Leite, e de onze a vinte de dezembro, Alexandre Daniel Freitas Peixoto, todos do Grupo “Independentes Por Fafe” (IPF); por um período de vinte dias, Ricardo Jorge Alves Fernandes, Isabel Maria Oliveira Gonçalves, Armindo Manuel Tavares Fernandes, Maria Cândida Carvalho Freitas Povo, Joaquim Antunes Magalhães, Maria Manuela Gomes Ribeiro Lobo Matos, Manuela Maria Nogueira do Vale Jordão, Manuel Ribeiro Coimbra, Maria José Pereira Gonçalves Marques, Manuel Cristóvão Ferreira Barbosa, João Pedro Marques e Castro, José Pedro Oliveira Caldeira, Alexandra Pereira Gonçalves, Carlos Manuel Pereira Bastos Salgado Santos, Sílvia Maria dos Santos Soares, Carminda Maria Teixeira da Silva Marques, Raúl Manuel Rebelo da Cunha, e, por um período de oito dias, Olinda Joaquina Teixeira Alves, todos eleitos pelo Partido Socialista (PS). Pediram a suspensão: por um período de sessenta dias, Alexandra Carina Fernandes Vaz Nogueira, do Grupo IPF; por um período de trinta dias, Cíntia Raquel Antunes Costa, do CDS-PP, e Susana Fátima Amorim Pinto Cortez de Almeida, do PSD.-----

-----Colocados a votação, foram aprovados por unanimidade. Solicitaram, ainda, a substituição pelos respetivos Secretários, os Presidentes das Juntas de Freguesia de Estorãos e Arnozela e, pelos respetivos Tesoureiros, os Presidentes da Junta de Freguesia de Moreira do Rei e Travassós. Comunicaram, ainda, a impossibilidade de estarem presentes os Presidentes das Juntas de Freguesia de Golães e Fornelos.-----

-----Apresentou a renúncia do mandato Maria Leonor Pereira Oliveira Castro, eleita pela Coligação Democrática Unitária (CDU). -----

-----Tomaram assento os elementos que se seguiam nas respetivas listas, por se encontrarem presentes na sala, registando-se a presença de sessenta e cinco Membros. -----

-----Posteriormente, pelo **Presidente da Mesa** foi lido o expediente da Assembleia que ficou à disposição dos Membros da Assembleia Municipal para que, querendo, o consultassem. -----

-----De seguida, o Presidente da Mesa comunicou à Assembleia a existência de quatro propostas que iriam ser colocadas a discussão. Nesses termos, deu a palavra ao **Primeiro Secretário** que procedeu à leitura da primeira proposta, apresentada pelo Grupo Independentes Por Fafe (IPF), relativa a um voto de recomendação ao Executivo Municipal sobre a iluminação pública. Não havendo intervenções, foi colocada a votação, sendo **aprovada, por maioria, com 2 abstenções**. -----

-----Passou-se, de seguida, à leitura da segunda proposta, um Voto de Congratulação e Louvor, apresentado pelo Grupo do CDS/PP, pela distinção de primeiro lugar no Ranking Nacional do Ensino Básico atribuído ao Colégio de Fornelos. Não havendo intervenções, foi colocada a votação, sendo **aprovado, por maioria, com 1 abstenção**. -----

-----Posteriormente, passou-se à leitura da terceira proposta, um Voto de Pesar pelo falecimento de António Neves Fernandes, apresentado pelo Presidente da Junta de Aboim, António José Macedo Novais. Não havendo intervenções, foi colocada a votação, sendo **aprovado, por unanimidade e guardado um minuto de silêncio**. -----

-----Por fim, foi lida a quarta proposta, apresentada pela Junta de Freguesia de Armil, a solicitar a revogação da deliberação tomada na sessão realizada em doze de Outubro de dois mil e doze sobre a Reorganização Territorial do Concelho de Fafe, solicitando concretamente que a freguesia de Armil, a ser anexada que o fosse no sentido de ficar como sede do concelho ou então que ficasse sozinha. -----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Mesa** para questionar a Assembleia sobre a admissão da proposta para discussão e votação, atendendo a que a matéria já tinha sido objeto de deliberação. -----

-----Foi dada a palavra a **Carlos Rogério Rodrigues**, do PS, que, antes de se pronunciar questionou sobre a possibilidade ou não para a realização das alterações constantes da proposta. Afirmou que o PS não se opunha à votação da proposta, no entanto, não lhes parecia que tivesse eficácia. -----

-----O **Presidente da Mesa** colocou a admissão da proposta a votação do plenário, sendo **admitida, por maioria, com duas abstenções**, colocando-a, de seguida, a discussão. -----

-----Nesses termos, tomou a palavra **Miguel Summavielle**, dos IPF, que, enquadrando a proposta em discussão, afirmou que gostaria de ouvir um comentário mais extenso do Presidente da Assembleia sobre o assunto e concretamente sobre o assunto da Lagoa. -----

-----Usou da palavra o **Presidente da Mesa** para explicar que, sobre a questão da agregação de freguesias de Aboim, Felgueiras, Varzeacova e Pedraído, o que estava em causa era a alteração do limite geográfico, ou seja, uma complementação da deliberação, afirmando que, no caso em debate, o que estava em discussão era a revogação de uma decisão sobre a agregação de freguesias que a Assembleia tinha tomado. Salientou que eram situações diferentes. -----

-----Retomando a palavra, **Miguel Summavielle** afirmou que não tinha certeza da explicação dada uma vez que tinham votado um mapa com a reorganização administrativa das freguesias do concelho, não só com a agregação das freguesias mas também com a determinação dos seus limites. Salientou que o problema da Lagoa poderia ter sido resolvido, mas não foi. Manifestou a sua dificuldade em compreender a não oposição do PS na votação da presente proposta, uma vez que tinha sido o PS a propor e aprovar o mapa. Afirmou, ainda, que votariam a favor, apesar da dúvida que tinham sobre a sua exequibilidade. -----

-----De seguida, interveio **José Augusto Sousa**, do PSD, para afirmar que a posição do PSD sobre a matéria em discussão era a de viabilizar a proposta, tendo, no entanto, reservas quanto à sua execução. -----

-----Não havendo mais intervenções foi a proposta colocada a votação, sendo **aprovada, por maioria, com 7 abstenções e 1 voto contra**. -----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Mesa** para explicar o assunto relativo aos limites geográficos de Lagoa, mencionando que o assunto não teve

seguimento porque não tinha obtido a unanimidade de todas as forças políticas para oficialar a Unidade Técnica Reorganização Administrativa e Territorial e posteriormente remeter à Assembleia Municipal para ratificar a alteração.-----

Explicou, no entanto, que essa alteração podia ser efetuada em qualquer momento, pelas vias normais e legais, desde que as respetivas autarquias o pretendessem. -----

-----De seguida, tomou a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Aboim**, para salientar a preocupação que sempre teve e demonstrou sobre o assunto, afirmando que, aquando da votação do mapa, tinha colocado a questão sobre a possibilidade de Lagoa ficar aglomerada a uma única freguesia, mencionando que todos os partidos tinham concordado, ficando surpreendido que o PSD tenha inviabilizado essa proposta, afirmando que iria comunicar isso à população da Lagoa. -----

Afirmou, ainda, que sobre o processo não tinha mais nada a acrescentar e que a sua declaração de voto era clara. Afirmou que assumia todas as suas responsabilidades e que tinha sido para isso que tinha sido eleito. Mencionou que não foi enganado pelo PS, talvez mal informado. Terminou, lamentando que o lugar da Lagoa continuasse dividido. -----

-----Posteriormente, tomou a palavra **Américo Castro**, eleito pela CDU, para mencionar que o problema da Lagoa não estava resolvido nem ia ser resolvido porque o PS não quis e não queria, isto porque, como tinha a maioria, poderia aprovar a proposta, como o tinha feito com a aprovação do mapa. -----

Criticou o facto do Presidente da Junta de Freguesia de Aboim se ter queixado de não ter sido bem informado. -----

-----Seguidamente, usou da palavra **Miguel Summavielle**, dos IPF, que, dirigindo-se ao Presidente da Junta de Freguesia de Aboim, afirmou que os limites da freguesia só não eram alterados se ele não quisesse, uma vez que tinha que haver vontade. Mencionou ainda que a sua má informação tinha resultado num problema. -----

Terminou afirmando que o problema da Lagoa poderia ter ficado resolvido e que não ficou porque o PS não quis. -----

-----De seguida, interveio **José Augusto Sousa**, do PSD, para afirmar que o Presidente da Junta de Freguesia de Aboim depois de votar favoravelmente a proposta do mapa apresentado, não se podia queixar de nada, tinha que

assumir a sua responsabilidade. Salientou, ainda, que o PSD tinha disponibilidade para resolver o problema da Lagoa, mas não era como o Presidente da Junta de Freguesia de Aboim pretendia. Afirmou que o Presidente da Junta de Freguesia de Aboim não tinha sido eleito para decidir pelo Povo. -----

-----Retomou a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Aboim**, afirmando que a sua declaração de voto era clara, lendo o último parágrafo.-----

-----Posteriormente tomou a palavra o **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** para dizer que a alteração territorial das freguesias e dos concelhos tinham regras previstas na lei e que podiam acontecer a todo o tempo. Afirmou, ainda, que se demorassem muito tempo era porque ninguém queria alterar.-----

-----Voltou a usar da palavra **Miguel Summavielle** para se disponibilizar para resolver o problema. Explicou que o processo administrativo era muito simples e que requeria a pronúncia do Executivo e da Assembleia de Freguesia de ambas as freguesias que tinham o conflito no limite, uma cartografia onde se percebesse o limite e uma memória descritiva identificando claramente, por escrito, esse limite e, por fim, enviar essa documentação à Direção-Geral do Território. -----

-----Retomou, novamente, a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Aboim** para agradecer a informação prestada. -----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Mesa** para encerrar o assunto sobre os limites da Lagoa e dar início às intervenções do período de antes da ordem do dia. -----

-----Foi dada a palavra a **Américo Castro**, eleito pela CDU, para fazer uma observação sobre a recolha de lixo e limpeza das ruas no período noturno que provocava algum incómodo aos residentes nesses locais. -----

Reportando-se às declarações de voto apresentadas na sessão extraordinária, aquando da decisão sobre o mapa da reorganização territorial das freguesias do concelho, afirmou que algumas pareciam autênticas anedotas e que noutras eram ditas palavras muito duras sobre os Membros da Assembleia Municipal que integraram a Comissão de Análise. Afirmou que os Membros que teceram críticas à Comissão e aos Membros que a integravam não deveriam atacá-los mas unicamente defender a sua posição, uma vez que desconheciam o que se tinha passado no Comissão. -----

-----Seguidamente, usou da palavra **Rita Grandinho**, eleita pelos IPF, para questionar a funcionalidade da linha do cidadão, uma vez que colocou uma questão através daquela via e ainda não tinha obtido qualquer resposta. Nesses termos voltou a colocar a questão relativa ao desaparecimento dos ecopontos em diversas ruas, questionando, ainda, sobre o que estava a ser efetuado para combater o vandalismo de alguns ecopontos e ainda se, quando eram destruídos, não iriam ser substituídos. -----

-----De seguida, interveio **Cristina Pinho de Sousa**, eleita pelos IPF, para colocar algumas questões, concretamente, sobre o futuro do hospital, atendendo a que a sua desativação continuava a decorrer; a situação do processo do Royal Center; sobre o Edifício localizado na antiga “sacor”, que ainda não estava habitado, questionando se iria acontecer o mesmo que ao Royal Center; para quando estava previsto o restauro do Monumento ao Autarca, e qual o destino que iria ser dado à pedra do edifício contíguo à Casa da Cultura onde funcionou a cantina. -----

-----Posteriormente, tomou a palavra **José Manuel Cardoso**, do CDS/PP, para questionar sobre o ponto de situação da proposta de deslocação de uma Comissão da Assembleia Municipal ao Ministério da Saúde, para serem recebidos pelo Ministro da Saúde, para uma reunião sobre o assunto do hospital de Fafe. -----

Solicitou, ainda, alguns esclarecimentos sobre o ponto de situação das obras do arquivo municipal e concretamente, para quando estava prevista a sua conclusão; alertou para a obra que estava em curso na Rua Maximino de Matos que estava a prejudicar a fluidez do trânsito naquele local, junto ao hospital; questionou, ainda, sobre o motivo da existência de um processo contencioso em relação às obras das instalações do destacamento territorial da GNR e se o processo não podia emperrar o início das obras. -----

-----De seguida, usou da palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Aboim** que, relativamente à ata da última sessão, salientou que tinha tido o cuidado de ler a sua declaração para ela ficasse transcrita na ata, o que não tinha acontecido, uma vez que tinha sido distribuída “agrafada” às restantes declarações de voto, pedindo que os Serviços tivessem mais cuidado. Afirmou, ainda, que tinha sido o único a ler a sua declaração de voto e que gostaria de a ver transcrita na ata. -----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Mesa** para esclarecer que os Serviços iriam continuar com o mesmo procedimento, ou seja, havendo documento ficava o documento junto à ata, não havendo documento, os Serviços faziam o possível por reproduzirem a declaração. -----

-----Seguidamente, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para responder às questões colocadas: -----

- Sobre o ruído provocado pela recolha do vidro, salientou que a questão já tinha sido abordada e esclarecida em sessões anteriores, afirmando, contudo que iriam verificar os horários com o concessionário; -----

- Sobre a linha do cidadão e os ecopontos, afirmou que a responsabilidade era da concessionária, reconhecendo que a Câmara tenha que exigir a recolocação dos ecopontos. Sobre o vandalismo mencionou que pouco tinham a fazer para o evitar; -----

- Quanto à eventual desativação e o futuro do hospital, salientou que não tinha informação sobre a desativação do hospital explicando que a Câmara não ia abdicar do protocolo existente. -----

- Relativamente ao Royal Center, informou que não existiam desenvolvimentos sobre o assunto, mencionando que iam notificar novamente; -----

- Sobre o edifício da “sacor”, afirmou que não tinha conhecimento de desenvolvimentos. -----

- Quanto à pedra do edifício lateral da Casa da Cultura afirmou que tinham tido o mesmo procedimento tido em situações anteriores, ou seja, trocaram a pedra pelo serviço de demolição. -----

- Sobre o edifício do Arquivo Municipal, mencionou que a conclusão estava prevista para Julho de dois mil e treze e que as obras estavam a decorrer dentro do prazo. -----

- Informou que a Rua Maximino de Matos estava a ser requalificada e o prazo da empreitada era de meio ano, comunicando, ainda, que na mesma empreitada iriam fazer a requalificação de parte da Rua João XXIII, que ainda não tinha sido objeto de requalificação; -----

- Quanto ao Quartel da GNR, informou que a Câmara já tinha efetuado a adjudicação da obra e que um dos concorrentes tinha intentado uma providência cautelar. Mencionou que estavam a aguardar a decisão para

prosseguir na adjudicação, salientando, no entanto que também tinham que remeter a visto do Tribunal de Contas. -----

-----Não havendo mais intervenções, entrou-se de imediato no período da **Ordem do Dia**, passando-se ao **Ponto dois ponto um - Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal**. Tomou a palavra **Américo Castro**, eleito pela CDU, para fazer uma análise da execução do Orçamento, salientando que as percentagens de execução, quer na receita como na despesa, eram muito pequenas. -----

-----Seguidamente, tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que começou por referir que, no ano anterior, também tinha sido interpelado com a mesma questão. Mencionou, ainda, que a exemplo da resposta dada no ano anterior que pensavam recuperar o valor da execução e que aconteceu, também no presente ano tinha essa perspectiva. -----

-----Não havendo mais intervenções, passou-se ao **ponto dois ponto dois - Discussão e Votação da Proposta da Câmara relativa às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2013**. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para apresentar o documento. -----

-----Antes de colocar o assunto a discussão, o **Presidente da Mesa** propôs que, juntamente com o orçamento, fossem também discutidas duas propostas apresentadas pelo PSD, uma sobre o IRS e a outra sobre a Derrama, tendo a Assembleia concordado. -----

-----Deu-se início à discussão, dando a palavra **Miguel Summavielle**, do Grupo IPF, que começou por salientar que o sentido de voto dos representantes do Grupo, em consonância com o sentido de voto assumido pelos Vereadores eleitos pelo Grupo de Cidadãos Independentes Por Fafe, também seria de aprovação do presente orçamento. Afirmou que o voto favorável do orçamento era uma clara demonstração da solidez política das suas posições. Mencionou também que tinham escolhido, desde a primeira hora, participar da forma mais ativa possível na definição dos destinos do concelho. -----

Afirmou que tinham escolhido uma posição que os permitia estar em condições de influenciar o Executivo Municipal, participando ativamente na construção dos vários orçamentos durante o mandato, salientando que, com essa postura, conseguiram fazer incluir várias obras que constavam do programa eleitoral

apresentado a sufrágio, como o saneamento básico, o Corredor Verde, o arranjo da praça do mercado e a requalificação do Parque da Cidade. -----

Afirmou, também, que o voto favorável apenas foi possível porque os orçamentos que foram sendo apresentados asseguravam os princípios fundamentais da boa gestão da coisa pública, redução do endividamento, coerência orçamental, preocupação social e a redução dos custos globais de funcionamento da estrutura administrativa. -----

Enunciou alguns pontos positivos do orçamento, salientando, no entanto que não era o orçamento dos IPF, enumerando algumas das políticas por eles defendidas como a diminuição dos gastos com a promoção da própria imagem, desburocratização da administração e proximidade com o cidadão, corte com a subsídio-dependência com as coletividades desportivas do concelho, apoio aos pequenos produtores agrícolas do concelho, etc. -----

Afirmou que se tinham comprometido com a população fafense em defender os melhores interesses do concelho, e não podiam dessa forma embarcar em delírios e fantasias próprias de quem não sabia o que era gerir ou não planeava. Terminou, afirmando que votariam conscientes de estarem a cumprir com a sua obrigação que era assegurar uma gestão responsável da causa pública. -----

Por fim, solicitou os seguintes esclarecimentos sobre algumas rubricas do orçamento, concretamente: -----

- o aumento em cinquenta por cento da verba destinada a outros trabalhos especializados; -----
- atendendo ao decréscimo do valor com a despesa prevista com a eletricidade tenha sido de apenas quinze por cento, questionando se valeria a pena manter a situação da redução uma vez que a poupança tinha sido tão reduzida;-----
- se o município tinha efetuado o concurso público para a aquisição da eletricidade. -----
- como se propunha a autarquia assegurar o problema que a aquisição das casas da urbanização José Saramago poderia constituir, atendendo à diferença do empréstimo e o custo do estimado; -----
- porque estava prevista uma verba de novecentos e três mil euros para substituição da rede de distribuição de água, se não era obrigação da concessionária; -----

- porque não estava prevista qualquer verba para a requalificação da via de cicloturismo, quando era referida como estando em execução. -----

-----Seguidamente, usou da palavra **José Augusto Sousa**, do PSD, que iniciou a sua intervenção mencionando que não poderia ficar indiferente à mensagem do Presidente da Câmara à Assembleia, concretamente ao constante no terceiro parágrafo sobre a honestidade e seriedade do Presidente e daqueles que o acompanharam nos últimos dezasseis anos. Afirmou que nunca ninguém tinha acusado o Presidente de Câmara de não ser sério e honesto, salientando que essa abordagem era desnecessária. -----

-----De seguida, interveio **José Manuel Baptista**, do PSD, para fazer uma análise aos documentos. Começou por afirmar que as Grandes Opções do Plano e Orçamento apresentadas revelavam as opções do Presidente da Câmara e do PS de Fafe sobre a gestão dos destinos do Município. -----

Salientou a ausência de assinatura dos protocolos plurianuais com as Juntas de Freguesia. Reportando-se a referências utilizadas por alguns dirigentes do PS sobre o facto de *“este ser o mandato de sonho”* afirmou que foi o único mandato em que as Juntas de Freguesia tinham sido esquecidas, salientando que nunca se tinha assistido a um distanciamento do crescimento e da atenção das Juntas de Freguesia. -----

Afirmou que o Presidente da Câmara tinha que admitir que governou sempre para o centro da cidade e que tinha optado por não valorizar as freguesias e que a obra existente nas freguesias era fruto da dedicação de muitos dos que fazem ou fizeram parte das freguesias. -----

Salientou que o Executivo deveria conseguir mais financiamento a fundo perdido, mencionando que se existisse vontade este poderia ser outro Orçamento, que protegesse o emprego, dinamizasse os empresários do concelho, que atraísse mais população para Fafe e tudo isso poderia ter o apoio de fundos comunitários. -----

Comparando o orçamento de Fafe com orçamentos de outros concelhos do distrito de Braga, afirmou que Fafe estava em antepenúltimo lugar na utilização dos fundos do Fundo Social Europeu, capitalizando mal as verbas que ainda existiam do Quadro de Referência Estratégica Nacional para fomentar o crescimento e a modernização. -----

Mencionou, ainda, que o que estava em causa com a aprovação do orçamento apresentado era a concordância ou não com o caminho adotado. -----  
Afirmou que concordavam que Fafe tinha uma situação financeira boa no entanto não tinha investimento e crescimento. -----  
Salientou a inexistência de uma estratégia de médio prazo que permitisse a instalação de Pequenas e Médias Empresas que pudessem criar empregos efetivos e diminuir desemprego. -----  
Defendeu que o objetivo do orçamento deveria ser o debate sobre como poderiam ajudar as pessoas, fazer de Fafe um lugar de referência e atrair mais gente para Fafe com o dinheiro dos impostos dos fafenses. -----  
Mencionou que as propostas ora presentes, não podendo ser alteradas, obrigavam a um distanciamento político do PSD quanto às mesmas, não podendo contribuir para a respetiva aprovação. -----  
Afirmou que a ausência de dívida nas contas do município não pagava as contas de supermercado das muitas famílias que estavam a passar necessidade. -----  
Salientou que as contas apresentadas eram a prova de um caminho sem visão e sem estratégia para a criação e manutenção de emprego em Fafe. -----  
Terminou, afirmando que, por não ser esse o caminho do PSD, por não serem essas as suas prioridades não poderiam votar ao lado de um orçamento que não tinha os fafenses em primeiro lugar. -----  
-----Posteriormente foi dada a palavra a **Américo Castro**, eleito pela CDU, que começou por mencionar que o orçamento apresentado era o orçamento do PS, que vinha no seguimento dos anteriores e que uma vez mais não tinha sido cumprido o Estatuto do Direito da Oposição. -----  
Questionou o Presidente da Câmara sobre quem iria garantir o financiamento para a construção do quartel da GNR, uma vez que não estava inscrito um cêntimo no Orçamento de Estado para aquela obra. -----  
Congratulou-se com as reduções de algumas taxas, no entanto, fez um alerta para a taxa dos direitos de passagem que recaía sobre os consumidores, sobre os habitantes de Fafe e não sobre as empresas e, nesses termos, questionou se não deveria ser reduzida ou mesmo se a Câmara não deveria abdicar dela. -

Focou, ainda, a verba inscrita para despesas com publicidade, questionando se, para meados do ano de dois mil e treze, iriam ter mais uma “revista azul”, tipo panfleto de propaganda do PS. -----  
Terminou, afirmando que atendendo aos números de execução do ano de dois mil e doze, o orçamento lhes parecia um pouco virtual. -----  
-----De seguida, interveio **Carlos Rogério Rodrigues**, do PS, que iniciou a sua intervenção salientando os condicionamentos provocados pela Lei dos Compromissos nos investimentos da Autarquia. -----  
Lembrou que o QREN estava parado desde há um ano e meio. -----  
Afirmou que o PS ia votar favoravelmente o orçamento, dentro dos condicionalismos existentes e criados pelo Governo do PSD. -----  
-----Seguidamente, usou da palavra **José Ribeiro Cardoso**, do CDS-PP, para fazer uma análise do orçamento para o ano de dois mil e treze, referindo que embora fosse menos ambicioso, era mais realista e com outras potencialidades de exequibilidade. -----  
Reportando-se às palavras do Presidente da Câmara sobre a dificuldade tida na elaboração do presente Plano e Orçamento, e referindo-se ao diferencial positivo existente entre o aumento das receitas correntes e a diminuição das despesas correntes e ainda ao facto de ter recebido do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) o mesmo valor, afirmou que a maior dificuldade em elaborar o presente orçamento só poderia vir da falta de subsídios para investimentos específicos. -----  
Referenciou, ainda, que a obra de maior investimento para dois mil e treze era o saneamento básico, salientando que a receita viria de Empresas Públicas. No entanto, questionou se era para executar ou se ficaria para o ano mandato seguinte, por falta de financiamento. -----  
Comparou o valor do investimento previsto para o ano de dois mil e treze e o valor previsto para dois mil e catorze, destacando as obras previstas para o mandato seguinte, salientando que algumas dessas obras já tinham estado previstas para os anos de dois mil e onze e dois mil e doze. -----  
Reconheceu e enalteceu o facto das finanças do Município se encontrarem numa situação equilibrada tendo atingido o grau zero de dívida a fornecedores. Afirmou que, apesar de alguns pontos que consideravam negativos, não podiam deixar de referir o esforço do executivo na redução das despesas

correntes, bem como ao facto do executivo ter sido sensível à proposta aprovada pela Assembleia na sessão ordinária de setembro do corrente ano, apresentada pelo CDS/PP, relativa à redução do IMI. -----

Terminou a sua intervenção mencionando que, pelo exposto e tendo em conta o que de bom e menos bom estava planeado, o CDS/PP ia abster-se na votação. -----

-----Por fim, usou da palavra o **Presidente da Câmara** para prestar os esclarecimentos solicitados. -----

Quanto às habitações e ao pedido de autorização apresentado no presente orçamento explicou o processo inerente à Urbanização José Saramago, nomeadamente que estavam a promover a compra ou venda direta com a empresa que construiu as habitações e os interessados, explicando que tinham assegurado a existência de uma entidade bancária que iria financiar os particulares com a avalização da Câmara. -----

Informou que foi efetuado um concurso público para a eletricidade. -----

Quanto à água afirmou que a responsabilidade foi sempre do Município. -----

Sobre a pista de cicloturismo explicou que desaparecia do orçamento do ano seguinte porque ia ser concluída no presente ano de dois mil e doze. -----

Quanto aos trabalhos especializados e ao volume da rubrica, explicou que era a rubrica onde estavam imputados vários projetos assim como o pagamento ao Governo da retenção de cinco por cento do IMI, controlo das águas das fontes, entre outros. -----

Quanto à intervenção do PSD, salientou a forma rebuscada utilizada para justificar aquilo que parecia não ter justificação. -----

À semelhança da resposta dada no ano transato, afirmou que, provavelmente, o PSD não estava a falar do mesmo orçamento que estava em discussão, que não o tinham lido bem. -----

Mencionou que a intervenção do PSD serviu apenas para justificar o seu voto e que seria mais simples terem dito que não era o orçamento do PSD. -----

Afirmou que não iria entrar em considerações sobre algumas questões e adjectivações referidas. -----

Salientou que a Câmara de Fafe era o quinto município que mais transferências fazia para as Juntas de Freguesia, desde há muito tempo, informando que iriam efetuar protocolos com as Juntas de Freguesia. -----

Afirmou que não havia fundos perdidos, salientando que desde há um ano e meio que não havia aprovações do QREN. -----

Quanto ao apoio ao emprego e às empresas, afirmou que não se identificava com as afirmações do Primeiro-Ministro sobre o facto de não competir ao Governo a criação de emprego, salientando que havia políticas para a criação de emprego, no entanto essas eram da responsabilidade do Governo, não da Autarquia. -----

Quanto à área social, como constava do orçamento, mencionou que tinham sinalizado a possibilidade de, no ano seguinte, terem um programa de emergência social, que estava a ser preparado com as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e as Instituições do concelho, no sentido de tentarem chegar onde deveria chegar o Governo e não chegava. -----

Quanto à incubadora, afirmou que era uma boa ideia, porém não tinha havido apoios e não podiam fazer. -----

Dirigindo-se à CDU, mencionou que poderiam dar-lhes o benefício da dúvida e aprovar o orçamento. -----

Quanto ao Quartel da GNR explicou que, por acordo com o Governo, iriam apresentar uma candidatura ao QREN e a parte não financiada seria suportada pelo Governo. -----

Quanto às despesas de representação, afirmou que eram uma componente da remuneração das chefias e dos eleitos. -----

Sobre a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), afirmou que era muito insignificante, mas aceitava a sugestão e esperava que o próximo Executivo acolhesse a sua sugestão, porque era irrelevante para a Câmara, admitindo que era uma das taxas que poderia ser eliminada. -----

Quanto às inscrições para os anos seguintes, afirmou que eram meramente indicativas e que tinham sido transposições feitas pelos próprios serviços. -----

Terminou, afirmando que a dificuldade na elaboração do orçamento apresentado era a Lei dos Compromisso e o corte no valor da despesa. -----

-----Seguidamente foi dada a palavra a **Américo Castro** afirmando que, sobre o financiamento do quartel tinha ficado com dúvidas e que iriam aguardar até o final do ano seguinte pela conclusão da obra. -----

Quanto à TMDP, afirmou que não era assim tão insignificante até porque já tinha feito cair um Secretário de Estado. -----

Afirmou que não tinha levantado nenhuma questão sobre as despesas de representação, mas sobre a publicidade.

-----Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa explicou que iriam colocar o documento a votação, sendo que, primeiro iriam fazer a votação na Generalidade, de seguida votariam na especialidade e no final fariam a votação das duas propostas apresentadas pelo PSD, como recomendação, uma vez que, nos termos da Lei e do Regimento, o orçamento não poderia ser alterado. Por fim, votariam o documento na Globalidade. Nesses termos, passou-se à votação: **Na Generalidade, foi aprovado, por maioria, com quatro votos contra e cinco abstenções.** -----

**Votação na Especialidade:** -----

1 – Autorizar, conforme a alínea s) do n.º 2 do artigo 53º, a delegar nas Juntas de Freguesia competência para o exercício de actividades e realização de investimentos constantes do Plano e Orçamento Municipal e, no âmbito do artigo 66º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, sempre que, por motivos de economia de recursos ou outros, tal se justifique; **Aprovado, por unanimidade.** -----

2 – Autorizar, em conformidade com o disposto nos artigos 38º e 39º da Lei das Finanças Locais, a contratação de empréstimos de curto prazo; **Aprovado, por maioria, com quatro abstenções.** -----

3 – Autorizar, em conformidade com o disposto nos artigos 38º e 39º da Lei das Finanças Locais, o recurso ao crédito de médio e longo prazo, no montante máximo de 2,5 milhões de euros e no limite do rateio que vier a ser fixado pela DGAL, para financiamento complementar de projetos participados ou aquisição de habitação. **Aprovado, por maioria, com quatro abstenções.** -----

4 – Fixar, nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) artigo 112º, n.º 1, alínea b) e c), as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano 2013 (a liquidar em 2014) em 0,7% para prédios urbanos e 0,3% para prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, aplicando a taxa prevista na alínea a) do referido artigo para os prédios rústicos; **Aprovado, por unanimidade.** -----

5 – Fixar, nos termos do art. 14º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), uma derrama para 2013 de 1,5% e fixar em 0,75% a taxa dessa derrama para as situações previstas no n.º 4 do art. 14º da referida lei (sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapasse 150.000 €). **Aprovado, por maioria, com cinco votos contra e cinco abstenções.** -----

6 – Fixar, nos termos da alínea b), do artigo 106º, da Lei n.º 5/2004, de 10 de Janeiro, a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), em 0,25%, para o ano de 2013. **Aprovado, por maioria, com duas abstenções.** -----

7 – Fixar, nos termos do artigo 20º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), em 3%, a participação variável do Município no IRS a liquidar em 2014, sobre os rendimentos dos munícipes de 2013. **Aprovado, por maioria, com quatro votos contra e quatro abstenções.** -----

8 – Autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal nos seguintes casos:

- Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das grandes opções do Plano; -----
- Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da contratação e o prazo de três anos. -----

**Aprovado, por maioria, com quatro abstenções.** -----

**Seguidamente, passou-se à votação das seguintes propostas, a título de recomendação:** -----

- Proposta apresentada pelo PSD no sentido do Município prescindir da participação variável dos 5 % no IRS dos Sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Fafe, relativa ao ano de 2013. **Rejeitada, por maioria, com trinta e quatro votos contra, dezassete a favor e quatro abstenções.** -----

- Proposta apresentada pelo PSD, relativa à fixação da derrama à taxa zero, a vigorar no ano de 2013. **Rejeitada, por maioria, com dezoito votos a favor, trinta e nove contra e quatro abstenções.** -----

Por fim, passou-se à **votação final global: Aprovado, por maioria, com quatro votos contra e cinco abstenções.** -----

-----Pedi a palavra **Américo Castro** para mencionar que relativamente às propostas apresentadas pelo PSD, tinham sido votadas sem serem discutidas, afirmando que não sabia até que ponto poderiam ser propostas de recomendação remetidas na votação do Orçamento, no entanto isso era uma questão que deixava para os juristas. -----

Afirmou, ainda, que achava a posição do PSD incoerente, mencionando que a crise tinha que ser paga por todos. -----

-----Posteriormente passou-se ao **ponto dois ponto três – *Discussão e Votação da Organização e Estrutura dos Serviços Municipais – 2013.***

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para explicar o documento, afirmando que a proposta vinha no seguimento da redução das chefias imposta por Lei. -----

-----Colocada a discussão, tomou a palavra **José Augusto Sousa**, do PSD, para afirmar que quem fazia a gestão dos serviços é que devia saber como organizar os serviços, afirmando, no entanto, que se fossem eles não o fariam da forma apresentada, daí a abstenção do PSD. -----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada a proposta a votação, sendo **aprovado, por maioria, com sete abstenções.** -----

-----Seguidamente, passou-se para o **ponto dois ponto quatro – *Discussão e votação da Proposta de Alteração do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais.*** -----

Colocada a discussão, não houve intervenções, sendo imediatamente colocada a votação e **aprovada, por maioria, com uma abstenção.** -----

-----De seguida, passou-se para o **ponto dois ponto cinco – *Discussão e Votação da Proposta de Alteração do Regulamento do Cartão Municipal Sénior.*** Colocada a discussão, não houve intervenções. Nesses termos, foi colocada a votação, sendo **aprovada, por unanimidade.** -----

-----Posteriormente passou-se ao **ponto dois ponto seis – *Discussão e Votação da Proposta de Alteração do Regulamento do Conselho Municipal de Juventude.*** Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para explicar que o documento resultava de uma adaptação da lei. Colocada a discussão, não houve intervenções. Foi colocada a votação, sendo **aprovada, por unanimidade.** -----

-----De seguida, passou-se ao **ponto dois ponto sete - *Discussão e Votação da Proposta de alteração ao “Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e outras Receitas Municipais”***, apresentada pelo Grupo “Independentes Por Fafe”. Tomou a palavra o **Presidente da Mesa** para explicar que, juntamente com a presente proposta, também iria ser discutida a proposta apresentada pelo PSD, relativa à isenção dos comerciantes do pagamento de taxas pela ocupação dos espaços públicos com esplanadas, taxas relativas à emissão de horário e funcionamento bem como a sua alteração, as taxas motivadas pela apreciação de pedidos e emissão de alvará de licenciamento de mensagens publicitárias de natureza comercial e das taxas ocasionadas pela fixação ou inscrição de mensagens publicitárias, no que concernia à publicidade estática. -----

-----Seguidamente, colocou a proposta a discussão, dando a palavra a **Carlos Rogério Rodrigues**, do PS, que sugeriu aos proponentes que as propostas apresentadas fossem convertidas numa proposta de criação de uma comissão para debater a questão das taxas, nomeadamente sobre as taxas apresentadas e outras que poderiam aparecer, apresentando o trabalho final na sessão seguinte. -----

-----De seguida, tomou a palavra **Miguel Summavielle**, dos IPF, para dizer que as alterações propostas eram pontuais e não fazia sentido adiar a discussão. -----

-----Posteriormente, usou da palavra **Fernando Alves**, também dos IPF, que, reportando-se à proposta apresentada pelo PSD, afirmou que votariam a favor, salientando que deveriam ter ido um mais longe, ou seja, deveriam também propor a eliminação de vários licenciamentos conexos com as atividades dos comerciantes como o da fixação de mensagens publicitárias de natureza comercial. -----

Afirmou, ainda, que admitindo o voto negativo do PS, os comerciantes poderiam ficar descansados uma vez que com a entrada em vigor da iniciativa licenciamento zero a maioria dos licenciamentos e respetivas taxas iriam desaparecer. -----

-----Tomou a palavra **José Augusto Sousa**, do PSD, para corroborar a posição assumida por Miguel Summavielle. -----

Não havendo intervenções foram colocadas as propostas a votação: -----

**Proposta apresentada pelo Grupo “Independentes Por Fafe” - *Aprovada, por maioria, com vinte e seis votos a favor, sete contra e dez abstenções.***

**Proposta apresentada pelo PSD - *Rejeitada, por maioria, com vinte e quatro votos contra, dezassete abstenções e dezasseis votos a favor.*** -----

-----Seguidamente, passou-se ao **ponto dois ponto oito – *Discussão e Votação da Proposta de alteração ao “Regulamento do Serviço de Distribuição de Água ao Concelho de Fafe”***, apresentada pelo Grupo **“Independentes Por Fafe”** – Colocada a discussão, tomou a palavra **Miguel Summavielle** para apresentar a proposta, salientando que a proposta tinha sido apresentada com vista a salvaguardar os direitos dos cidadãos. -----

-----Posteriormente usou da palavra **Carlos Rogério Rodrigues**, do PS, para questionar o Executivo sobre as implicações da proposta no contrato da concessão. -----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para alertar para a dificuldade na concretização da proposta, porque, em alguns aspetos, não formulava alterações concretas no regulamento. -----

Afirmou, ainda, que o regulamento aprovado pela Assembleia teria implicações económicas, o que se iria refletir no equilíbrio económico-financeiro da concessão. -----

-----Seguidamente, retomou a palavra **Miguel Summavielle** para afirmar que a proposta era concreta. -----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Mesa** para esclarecer que estavam a votar uma proposta de recomendação à Câmara, não estavam a votar uma alteração ao regulamento. -----

-----Voltou a intervir **Miguel Summavielle** para dizer que reconhecia a imprecisão, afirmando que, para evitar que a proposta, que entendia ser necessária, perdesse a sua validade na secretaria, retiraria a proposta para a reformular e entregaria ao Presidente da Mesa para integrar numa futura ordem de trabalhos. -----

-----Seguidamente, tomou a palavra **José Augusto Sousa**, do PSD, para sugerir a constituição de uma comissão para a alteração do regulamento. -----

-----Retomou a palavra o **Presidente da Mesa** para, em conformidade com as palavras do proponente, afirmar que a **proposta seria então retirada.**

Quanto à constituição de uma comissão, mencionou que a Mesa aceitava, desde que fosse apresentada uma proposta nesse sentido. -----

-----De seguida, passou-se ao **ponto dois ponto nove – *Discussão e Votação da Proposta relativa a Despesas de Representação – artigo 24º da Lei 49/2012, de 29/08***. Tomou a palavra o Presidente da Câmara para apresentar a proposta mencionando que a mesma resultava da alteração da lei. Não havendo mais alterações, foi colocada a votação, sendo **aprovada, por unanimidade**. -----

-----Seguidamente, passou-se ao **ponto dois ponto dez – *Discussão e Votação da Proposta de Autorização Genérica no âmbito da Lei dos Compromissos***. Colocada a discussão, tomou a palavra **Miguel Summavielle** que, reportando-se à relação dos compromissos já assumidos distribuída, e concretamente sobre uma verba paga ao arquiteto Carlos Prata referente a projetos do Parque da Cidade, questionou se esses projetos não tinham sido executados pelos Serviços Municipais. -----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para explicar que não se referia ao estudo que apreciaram, mas a projetos que estavam em execução, designadamente, campos de ténis e o clube sénior. -----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação, sendo **aprovada, por maioria, com oito abstenções**. -----

-----Posteriormente, passou-se ao **ponto dois ponto onze - *Discussão e Votação da Proposta de Dissolução e Liquidação da Sociedade Anónima PPPF – Desenvolver Fafe, SA***. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para explicar o assunto, afirmando que não tinham desistido da parceria porque não estavam preparados para ela ou porque não quisessem prosseguir. Afirmou que a causa eram as circunstâncias do momento, a falta de financiamento e também, da parte da Câmara, a lei dos compromisso que não permitia avançar com a parceria, sob pena de prejudicarem outros projetos.-----

-----Seguidamente, interveio **Fernando Alves**, dos IPF, para afirmar que era a favor da dissolução da Parceria, salientando, no entanto que a Assembleia deveria ser devidamente esclarecida sobre os contornos da liquidação da sociedade, concretamente sobre se o comprador dos projetos de construção seria o Município e, em caso afirmativo, qual o valor dos projetos.---

Terminou, afirmando que os “Independentes Por Fafe” eram a favor da dissolução da sociedade, no entanto não dispunham de informação clara para se pronunciarem sobre a liquidação da sociedade, afirmando que o Presidente da Assembleia deveria retirar da ordem de trabalhos o ponto sobre a discussão e votação da liquidação da sociedade e que, em função da informação disponível, a Assembleia deveria pronunciar-se apenas sobre a dissolução da sociedade. -----

-----Posteriormente, foi dada a palavra a **José Augusto Sousa**, do PSD, para afirmar que o PSD estava de acordo com a dissolução da sociedade, afirmando que nunca deveria ter sido constituída pelas razões já aluídas pelo PSD e sobejamente conhecidas. Afirmou que este recuar implicava que os municípios participassem no pagamento dos custos associados à sua constituição. Questionou o interesse na aquisição dos projetos elaborados no âmbito da atividade da sociedade, cuja utilidade seria manifestamente duvidosa, salientando que a única utilidade seria para os parceiros, uma vez que se viam ressarcidos por uma despesa que deveria ser partilhada por todos e não era. Afirmou que, nesses termos, o PSD apesar de ser a favor da dissolução da sociedade ia-se abster nessa matéria. -----

-----Não havendo mais intervenções, foi a proposta colocada a votação, sendo **aprovada, por maioria, com um voto contra e seis abstenções.**

**Foram ditadas para a ata as seguintes declarações de voto:** -----

**Declaração de voto do PSD:** *“Quero que fique claro que o PSD é favorável à dissolução da sociedade PPPF e só se absteve pela simples razão de considerar que a Câmara não devia ficar com o ativo – projetos elaborados no âmbito da atividade da sociedade -, já que este não traz qualquer benefício para o município, devendo pois, a responsabilidade pelo passivo ser repartida pelos parceiros e não ficar a Câmara Municipal com um pseudo ativo que de ativo não tem nada”.* -----

**Declaração de voto do Grupo IPF:** *“O Município remeteu à Assembleia Municipal uma proposta do Senhor Presidente que visava a dissolução e liquidação da Sociedade Anónima PPPF – Desenvolver Fafe.* -----

*A dissolução e liquidação são duas operações diferentes. A dissolução consiste na decisão dos seus acionistas em extinguir a sociedade. A liquidação consiste na venda de todo o ativo da sociedade, no pagamento do seu passivo e, por fim, existindo saldo, na partilha deste pelos seus acionistas.* -----

*Se é pacífica a proposta sobre a dissolução da sociedade PPPF – Desenvolver Fafe, o mesmo não se poderá dizer no que à sua liquidação respeita.* -----

Isto porque: -----

A) Pelo relatório do conselho de administração da empresa, é possível apurar a existência de um ativo que se prende com os vários projetos desenvolvidos para a construção e conservação das várias obras prometidas pelo Sr. Presidente na última campanha eleitoral. -----

B) Pelo mesmo relatório, fica claro que a aquisição dos vários projetos será efetuada pelo Município. -----

Pela informação disponibilizada, não foi possível esclarecer se efetivamente o comprador dos projetos de construção será o Município e em caso afirmativo quais os custos associadas a esta transação. -----

Atendendo ao anteriormente indicado, o Grupo de Cidadãos Eleitores "Independentes por Fafe" é a favor da dissolução, todavia, considera que pela informação disponível, não é possível a esta Assembleia, pronunciar-se sobre a liquidação da sociedade. Mais entende, que o Sr. Presidente da Assembleia deveria ter retirado do ponto da ordem de trabalho (2.11) a discussão e votação sobre a liquidação da sociedade. -----

Tal não tendo ocorrido e não tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Fafe, Dr. José Ribeiro, dado os necessários esclarecimentos sobre o assunto, O GCE "Independentes por Fafe", recusam-se a votar a proposta, protestando contra a falta de espírito democrático demonstrado pelos Srs. Presidentes da Assembleia Municipal e Câmara Municipal." -----

-----Foi, ainda, apresentada uma **declaração de voto pela CDU, que fica anexa à presente ata e dela faz parte integrante.** -----

-----Seguidamente, passou-se ao **ponto dois ponto doze – Discussão e Votação da Proposta de Parceria de Constituição da Parceria Pública Entre o Estado Português e um conjunto de 10 Municípios.** Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para explicar o teor da proposta apresentada.

-----Seguidamente, usou da palavra **José Augusto Rodrigues**, do PSD, para afirmar que o estudo apresentado pelas Águas de Portugal, concretamente sobre a taxa de cobertura do saneamento que não estava em conformidade com os dados apresentados pela Autarquia. Afirmou, ainda, que pelas projeções das Águas de Portugal, Fafe, em dois mil e trinta, seria um concelho manifestamente subdesenvolvido, por inércia do PS. -----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada a proposta a votação, sendo **aprovada, por unanimidade.** -----

-----Seguidamente, passou-se ao **ponto dois ponto treze - Discussão e Votação da Proposta de Aquisição de terrenos a Eugénio da Cunha, esposa e a Maria Irene Teixeira.** Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para explicar o teor da proposta apresentada. -----

-----Posteriormente, interveio **Miguel Summavielle**, dos IPF, para agradecer ao Presidente da Câmara o cuidado que teve na apresentação do presente ponto, lamentado, no entanto, que, ao fim de treze anos, a revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Fafe ainda não estivesse concluído. -----

-----Seguidamente, usou da palavra **José Augusto Sousa**, do PSD, manifestando a sua preocupação por estarem a pagar um elevado valor por um terreno que não estava infra-estruturado. Afirmou que não punha em causa a avaliação da comissão, no entanto o valor parecia-lhe exorbitante e deixava-lhe algumas reservas. -----

-----De seguida, tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para esclarecer que a área em causa era de trinta e cinco mil seiscentos e vinte metros quadrados. Salientou, ainda, a redução do valor do compromisso. -----

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação, sendo **aprovada, por maioria, com cinco votos contra e treze abstenções**. -----

-----De seguida, passou-se ao ponto dois ponto catorze – ***Discussão e Votação da Proposta de cedência da Escola EB1 de Marinhão à Junta de Freguesia de Moreira do Rei***. Não havendo intervenções, foi colocada a votação, sendo **aprovada, por maioria, com duas abstenções**. -----

-----Terminada a ordem de trabalhos, o **Presidente da Mesa** perguntou se alguém pretendia fazer alguma observação ou alteração às atas das sessões de vinte e oito de Setembro e doze de Outubro de dois mil e doze. Não havendo, **foram colocadas a votação, sendo aprovadas, por unanimidade**. -----

-----Posteriormente, pela Segundo Secretário, foi lida a minuta da ata da presente sessão. **Colocada a votação, foi aprovada, por maioria, com dez votos contra e duas abstenções**.-----

-----Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão quando eram uma hora e trinta minutos do dia quinze de dezembro. -----

-----E nos termos legais e regimentais se lavrou a presente ata que, nos termos do artigo noventa e dois da Lei número cento e sessenta e nove de dezoito de setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei número cinco barra A dois mil e dois de onze de janeiro, será assinada pelos Membros da Mesa.---